

INVASÕES BÁRBARAS: o que pode a Psicanálise?¹

RESUMO

Da necessidade de se trabalhar a dimensão ética do ato psicanalítico hoje, surge a pergunta sobre os limites de sua ação, num tempo em que a insistência em velar o *Real* e o defrontamento com a impossibilidade em fazê-lo mostra a ferida narcísica da humanidade. Há furo no saber! Uma pandemia escancara essa verdade e o efeito trágico de se querer ultrapassar esse limite.

INTRODUÇÃO

A Psicanálise irrompe no mundo por um ato subversivo. Ela surge como um campo permeável à clínica tendo sido esse o terreno fértil de sua fundação. Contudo, Sigmund Freud, seu fundador, esperava que sua invenção pudesse contribuir para a compreender a cultura e seu perpétuo mal-estar. Freud não isolou o «indivíduo» de seu tempo, ao contrário, toma-o como sujeito passador dos acontecimentos no social e vice-versa, ou seja, não há um sem o outro. Daí a afirmação lacaniana de que o psicanalista tem como «dever ético» estar à altura de acolher/escutar o Real do sujeito em sua experiência, que não é sem o de sua contemporaneidade. Por isso, em sua vocação subversiva, a psicanálise – os psicanalistas – precisam ser igualmente permeáveis ao que se passa no social de sua época.

Assim sendo, uma interrogação sobre a ética que orienta a práxis analítica se faz indispensável à sobrevivência da própria psicanálise, pois ao contrário da lógica dos discursos em vigor, trata-se

1 Texto apresentado no VIII Congresso Internacional de Convergência-Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana, *QUAL ÉTICA PARA A PRÁTICA PSICANALÍTICA NA ATUALIDADE?*, 24, 25, 26 e 27 de maio de 2023. Grupo de trabalho: «Psicanalisar hoje: Poética, Ética e Político». Integrantes: Norton Cesar Dal Follo da Rosa Jr – APPOA, Nathalia Figueira – ELP-RJ, Maria Teresa Cristina P. Nazar – ELP-RJ, Darlene V. Gaudio Angelo Tronquoy – ELPV, Caroline Fabrício – ELP-RJ, Maria Cecília Oliveira – ELPV, Maria Celeste Faria – ELPV, Eliana dos Reis, Betancourt – APPOA, Filipe Leitzke Leme – ELP-RJ, Flávia Chiapetta de Azevedo – ELP-RJ, Lucia Serrano Pereira – APPOA, José Nazar – ELP-RJ, Renata Conde Vescovi – ELPV, APPOA, Marta Pedó – APPOA.

de uma ética que não foracui o impossível e aponta para o fato de que há um furo no saber podendo interrogar as verdades totalitárias/totalizantes.

Atravessamos há pouco uma pandemia que, com terríveis efeitos imediatos e suas sequelas, fez com que algo do objeto irrepresentável invadisse a cena do mundo abrindo uma janela, tal como falamos da janela da fantasia, obrigando-nos a refletir sobre o que aí não tem representação possível, como um quadro sem imagem, um vazio sem história em torno do qual o tempo ficou suspenso. Esse ponto do traumático do indizível, inaudível e irrepresentável, trágico, para nomeá-lo, fez sua irrupção na vida nos lembrando de nossa extrema vulnerabilidade e transitoriedade estremecendo, violentamente, nossas certezas sobre todos os campos dos saberes, da política, da ciência, sobre nossa «civilização»! E nos sacudiu, abalando os alicerces de nossa prática cotidiana colocando tudo, absolutamente tudo, em questão. Fomos invadidos, barbaramente!

O BÁRBARO E O TRÁGICO

Na linguagem comum de nossos tempos, o termo bárbaro se contrapõe ao termo civilizado, bem como a palavra barbárie é tida como oposta à civilização. Quando remontamos às origens da palavra *bárbaro*, vamos encontrá-la na antiga Grécia. Lá, assim eram nomeados os povos que não falavam a língua grega, não compartilhavam a mesma cultura, costumes, organização social e política praticadas pelos gregos; todavia, os «bárbaros» tinham uma língua própria, tradições e cultura.

Para os gregos, e depois para os romanos, o *estrangeiro* era visto como inculto, incivilizado, ou seja, não seguidor de seus modos de vida. Entretanto, partiremos do pressuposto de que o «bárbaro» habita todo ser humano: é a dimensão da *hybris*, da desmedida, condição do trágico e, ao mesmo tempo, o que destina o homem a viver em grupo, a experimentar o conflito, o mal-estar na cultura (des)orientado pelos efeitos da história e da política de seu tempo. A experiência trágica, para a psicanálise, é distinta da concepção corriqueira do trágico como «desastroso». Na perspectiva psicanalítica, esse constitui a condição mesma do sujeito, de sua divisão constituinte.

Embora não encontremos em Freud uma reflexão clara sobre o conceito de trágico, sabemos da influência de Goethe e das tragédias antigas no texto freudiano, sobretudo a dimensão do irreconciliável apresentada pela tragédia *Édipo Rei*. Goethe (apud VERNANT, p. 54-61), por sua vez, fundamenta-se na ideia de que o trágico é contradição, é esse irreconciliável, conflito que não admite solução: «evento terrível, incontornável da ação humana dentro de uma situação acomodada e familiar» (GOETHE apud VERNANT, p. 54-61). Trata-se de uma familiaridade regida pela *hamartia*, a profunda ignorância, ou mesmo pelo impossível de saber. Ao revelar a face do Real, o acontecimento trágico interroga e subverte os domínios da compreensão humana com seus excessos de saber e julgamento, tal como nos ensinou a Tragédia Antiga, que estabelecia, notadamente pela função do coro, um limite, um impossível entre *ideal* e *real*.

Stefan Zweig (2013, p. 14), por exemplo, quando esclarece que a tensão trágica em alguém não resulta da grandeza de seu agir, mas da impossível harmonia entre sua humanidade e seu destino – votado à morte – nos lembra que a tragédia pessoal que disso resulta promove um aprendizado sobre a sabedoria prática, a *phronesis*, advinda de uma experiência única e intransmissível. Portanto, o trágico da experiência tem uma dimensão ética e política, visto que experimentá-lo cria um sentido de vida ao mesmo tempo compartilhado e singular. Escolher agir com responsabilidade sobre seu ato só é possível quando se extrai da tragédia pessoal algum saber, revelando certos padrões. Um dos padrões de ação é o resultado da contraposição entre as paixões e seus limites, ponto em comum entre a experiência trágica e aquela de um percurso analítico. Assim *uma* psicanálise ganha sua ação e potência porque inclui a dimensão trágica na experiência de um sujeito como possibilidade de que este suporte o Real da vida, o *Unheimlich*, e agencia o aforismo ético: «agiste conforme o seu desejo?», ao invés de deixar-se levar por suas paixões?

A ideia dos limites do desejo – pois não há desejo ou liberdade sem Lei – só é possível por meio de um ato que implica a dimensão trágica capaz de barrar o fantasma de um gozo ilimitado que, hoje, permeia os fantasmas os mais particulares, porém marcados pelos sintomas sociais.

O «agir conforme seu desejo» sustenta, do lado do analista, a ética de uma práxis que lhe permite abordar questões sobre as passagens ao ato na atualidade, sobre os destinos do ódio e do gozo

na clínica e no social. Do lado do analisando, franqueia-lhe certa margem de escolha que rompe com as identificações imaginárias e alienantes.

Portanto, na perspectiva trágica estrutural e estruturante, temos o ódio originário que alimenta processos de exclusão e segregação para os que se apresentam como diferentes a um determinado viver coletivo. É o que faz do bárbaro não mais um «nômade/estrangeiro», ponto Real que desconhecemos em nós, mas um inimigo ameaçador que «vem de fora», por isso deve ser excluído ou eliminado. O «bárbaro» se apresenta, então, a cada tempo da História, como sendo o remédio ou veneno da condição humana. Quando, na cultura, o predomínio é o do ódio sem simbolização possível, ele é veneno, fomenta a segregação, as «políticas da inimizade» em que o outro assume a face do inimigo a quem devo exterminar/cancelar.

Na vertente do remédio, o bárbaro é o *ex-timo* que nos habita, é a dimensão daquilo que nos é estranho/familiar. Então, se suportamos escutar a voz do bárbaro como eco de nossa própria voz sem expulsá-lo como invasor, é possível dar lugar à disparidade, à singularidade de sua cultura, à musicalidade de sua língua, o que pode nos pôr a reinventar dizendo melhor aquilo que sequer sabíamos existir em nós.

Nosso tempo parece experimentar certo predomínio de um viver sob a égide do narcisismo primário, que funciona a partir da lógica do «ou eu ou o outro», tempo da constituição psíquica de expulsão do que é desprazer, do «bom de dentro e do mal de fora»; tempo de uma lógica paranoica inerente, entretanto, à toda constituição psíquica, que invade o laço social produzindo o aniquilamento dos dissonantes, daqueles que não se encontram em conformidade com o «inferno dos iguais», dos chamados «anjos, civilizados» que creem que os países terminam nas linhas de suas fronteiras, tal como nos mostra Eduardo Galeano (1979). Nosso tempo – e disso não faltam provas – parece insistir na abolição do trágico.

O QUE PODE, A PSICANÁLISE?

Pode, hoje, a psicanálise, manter seu vigor e virulência diante de tantas resistências já enfrentadas e, atualmente, frente às mudanças profundas em seu *setting* impostas pelo confinamento da recente pandemia?

Pode, a psicanálise, sustentar-se diante da incidência dos inúmeros discursos que prometem suturar o impossível, as feridas incuráveis do real da morte e da sexualidade?

Para que ela sobreviva, quais vias, nós analistas, devemos seguir?

Freud já nos advertira de que o «progresso» iluminado pelos ideais democráticos e avanços científicos não caminha abrigado das trevas da destruição, apartados da pulsão de morte. Mas o que se mostra, atualmente, no laço social – e sintomaticamente, na clínica – que tem fomentado o ódio?

Cabe nos perguntarmos sobre a psicanálise e o ato que implica o psicanalista em sua função. Correlato ao *ato poético*, o *ato psicanalítico* equivoca e produz furos e porosidades no totalitarismo dos iguais produzindo, seja no laço social seja na subjetividade, o despojamento do narcisismo das pequenas diferenças nos abrindo à escuta de singularidades e dissonâncias sonoras sem que seja preciso destruí-las. Como insistir no Real que resiste a ser abarcado por uma única língua, código, ou mesmo por uma política que se pretenda universal e que se sustenta às custas da segregação e da fabricação de um inimigo, o bárbaro a ser eliminado?

O escritor camaronês Achille Mbembe (2021, p. 12-13), em sua obra *Políticas da Inimizade*, nos conta que a expansão do capitalismo ultraliberal e o imperialismo em escala global culminaram no início do século XXI, no interior das democracias liberais, endossando e provocando hábitos de exceção e exclusão daqueles que se encontram em desconformidade com os ideais do Outro. Exercendo, «a ditadura contra si mesmas e contra inimigos», essa nova ordem mundial fomentou relações diretas entre *violência legitimada ao inimigo* e *a lei*, entre a *norma* e a *exceção*, entre o *estado de guerra*, o *estado de segurança* e de *liberdade*. A lógica dessa expansão fez ruir os projetos democráticos visando a preservação do capital, engendrando o que Mbembe nomeou de «políticas da inimizade». Imersos na angústia e no aniquilamento, são muitos os que temem a invasão pelo inimigo. Povos inteiros não mais creem em um exterior e, assim sendo, multiplicam clausuras para se protegerem da ameaça e do perigo. Não querendo se lembrar de mais nada,

muito menos de seus próprios crimes e transgressões, criam «objetos maus» que passam a assombrá-los, e daí passam a tentar deles se desfazerem: dos refugiados, de povos colonizados à procura de melhores condições na terra de seus colonizadores, por exemplo, nos lembra Mbembe (2021, p. 12-13).

A subjetividade de nosso tempo não amplia – ainda que, como nunca, proliferem os bem-vindos discursos de inclusão – o círculo na aposta em incluir aquele que nos é diferente. Não raro, as fronteiras, elementos brutais na atualidade, se tornaram formas primitivas de afastamento dos inimigos e intrusos. Não são mais linhas que podem ser atravessadas: ao contrário, militarizadas, elas separam, imobilizam e eletrocutam (MBEMBE, 2021, p. 12-13).

Considerando que assim vêm caminhando nossos tempos, surgem as questões: diante do que estamos experimentando, o outro, suporte de nossa humanidade, ainda pode ser considerado semelhante? Se a alteridade *extima* que nos habita, o *Unheimlich*, o bárbaro em nós foi reduzido à dimensão do inimigo a ser exterminado, ainda podemos considerar outra pessoa e velar por ela se este de quem cuida visa a minha ruína?, nos faz refletir o autor camaronês (MBEMBE, 2021, p. 12-13).

É fato que a pandemia abalou profundamente as certezas sobre o estado atual da dita «civilização» e, no mesmo golpe, os pilares de nossa prática atual – como se analisa hoje? – ; talvez como nunca após a introdução do «tempo lógico» por Lacan. Naquele momento, porém, a «causa» do abalo veio da própria clínica. Agora, fomos obrigados a interrogar nossos «hábitos» por um atravessamento de Real que veio «de fora» e nos despertou! Cada um teve que reinventar seu modo de receber e escutar seus analisandos lembrando a máxima freudiana, e sua consequência lacaniana, do «impossível de psicanalisar». Continuar foi preciso!

Por essas e outras razões, estes tempos pós-pandêmicos têm tornado indispensável, e urgente, um aprofundamento sobre o que já vínhamos abordando, a saber: a proliferação dos discursos de ódio, o totalitarismo das identidades, a «virtualização» da vida, a dificuldade das novas gerações de pais em transmitir a lei da renúncia que permite o laço com o outro – lembrando o velho e sempre atual Freud –, a transmissão da lei do interdito do incesto. Hoje, longe disso, o que tende a vigorar é o «direito» a nada renunciar, muito menos nossos impulsos à agressividade e à «posse

de um objeto», como se ele existisse. Estes novos tempos são, assim, propícios para repensarmos a questão da formação do psicanalista considerando todas as mudanças no *setting* analítico que ainda não cessamos de elencar: como podem elas ter efeito de ensinamento?

É preciso coragem para transformar a luta de Tântos e Eros em alguma harmonia, ritmo e imagem – ao menos aquelas que nos propiciam a Arte, por exemplo –, tal como o poeta Octavio Paz sugere quando extrai o título de seu livro da filosofia de Heráclito. O arco e a lira não são opostos, são duas maneiras de dizer que os instrumentos precisam ser operados por agentes instruídos no saber fazê-los vibrar, o que implica extrair de cada um o semi-dizer de suas verdades. Uma psicanálise levada a um bom termo, pode franquear uma pequena margem de liberdade ao sujeito tornando possível retomar algo do ritmo original de *lalangue* que repete o poema da vida em ato, sem nenhum som antecipado, introduzindo a possibilidade de uma invenção. «O homem se derrama no ritmo, marca da sua temporalidade; o ritmo, por sua vez, se declara na imagem; e a imagem volta para o homem sempre que alguns lábios repetem o poema» (PAZ, 2012, p. 123).

ÉTICA/ESTÉTICA/ERÓTICA: ATO POÉTICO X ATO PSICANALÍTICO

De maneira alguma ao acaso, um ano do sétimo Seminário de Lacan é dedicado à ética. Partindo da ética Aristotélica, subvertendo-a, Lacan a introduz pela perspectiva da psicanálise, ou seja, desliza do campo da *moral* ao do *desejo* e, nessa esteira, nos fala da sublimação, da estética e da erótica como indicações clínicas importantes.

Não desenvolveremos esse tema, mas destacaremos o que diz Lacan (Versão *Staferla*, p. 9, tradução livre) no referido *Seminário 7*, no qual interroga a psicanálise levando em conta os inúmeros novos sintomas no campo das eróticas de nosso tempo. Seu questionamento é: «Por que a psicanálise não levou mais longe as coisas no sentido da investigação do que nós devemos chamar de *uma erótica* propriamente falando?», tendo em vista que ela foi capaz de trazer uma importante mudança de perspectiva no que concerne os problemas da experiência moral e do

amor em relação às abordagens filosóficas e moralistas colocando-as no centro da experiência ética?

Na verdade, foi sobre o que Lacan passou o resto de seus *Seminários* a inventar, seja a partir das fórmulas da sexuação, da lógica ou da topologia. Isso foi, inclusive, o que a experiência freudiana desvelou: a relação *in absentia* entre o sintoma e o real do sexo e da morte. Podemos, então, refletir sobre o que nos propõe Lacan com sua indagação, mas considerando nossa pergunta inicial: diante do bárbaro e do irreconciliável de nossa condição que, não raro, seja na clínica ou no social, comparecem em suas faces de ódio e destruição, o que pode a psicanálise?

Queremos, deste modo, incluir algo da dimensão da estética sustentando que a ética da psicanálise se nutre também da Arte fazendo uma aproximação entre *ato poético* e *ato psicanalítico*, considerando, claro, suas distinções. Apostamos na importância de uma reflexão a partir de uma ética do Real que deve orientar um percurso analítico considerando essa proximidade porque, ainda que o analista não seja poeta, seu ato, na medida em que equivoca, como o ato poético equivoca a linguagem, coloca na cena o insabido: *l'une bévue*, o inconsciente. Afirmamos que, tal como a Arte que se constrói em torno, melhor, que cria um vazio, a ética da psicanálise e o ato que a sustenta é a prática do não velamento desse vazio. O que Lacan apresenta como a sublimação é que ela trata de cernir as bordas do furo real, criando-o, evidenciando-os, com significantes: o *vazio* e o *impossível* de suturá-lo! A ética da psicanálise é a ética do bem-dizer como campo fértil de criação de vazio.

Isso dito, nos perguntamos: as atuais mudanças no *setting* analítico às quais nos conduziram a pandemia, interrogam ou não o estatuto do ato analítico? Em que medida elas «alteram», interveem ou não, na posição do analista em seu ato no que esta depende da transferência, do vigor do desejo do analista, da ética que o orienta? «Fora do que eu chamei manejo da transferência, não há ato psicanalítico», nos diz Lacan (1967-68, p. 29), porque é ele que intervém no sintoma, rompe com o sentido nele em jogo fazendo emergir a dimensão de sua verdade, fazendo furo no saber de onde poderá escoar algo de seu gozo medusante. A aposta é a de que possamos, como pudermos, virtualmente ou de forma presencial, *manter as condições do ato*

analítico. Parece evidente, mas isso continua sendo da ordem do cada caso, do um a um, contudo, nos tirou de um certo conforto, talvez mesmo de um adormecimento...

Mas *o que faz de um ato um ato analítico* graças ao qual a psicanálise, «isso faz alguma coisa» (LACAN, 1967-68, p. 4)?, ainda que esse «isso faz» não seja suficiente? A poesia, nos dirá Lacan, também ela «faz alguma coisa». Porém, o «isso faz alguma coisa» da psicanálise não estaria no mesmo sentido da poesia, porque o ato que caracteriza o fazer psicanalítico implica profundamente o sujeito cuja dimensão, introduzida pela psicanálise, renovou o que foi enunciado como sujeito como tal e que se chama inconsciente... e de tal forma que ele, aí, é colocado em ato, donde sua dependência em relação à transferência, que não é outra coisa senão a «colocação em ato do inconsciente» (Idem, p. 4). O resultado do ato *poético* é a poesia, já o do ato analítico, é um *dizer*: «*O dizer é um ato*» (LACAN, 1974-75, p. 80) que implica a dimensão do sujeito.

Apesar dessa distinção, em *O Seminário, livro 24, L'insu...*, Lacan aproxima o *ato analítico* do *ato poético* ligando-os em suas *funções de equivocação*, de quebra de sentido que ambos operam sobre o discurso podendo «acordar a verdade», pois ela, a verdade, pode adormecer, por essa razão, «isso depende do tom em que se diz» (LACAN, 1976-77, p. 93). Tomando em conta o que pôde «aprender» com a poesia chinesa, sua caligrafia, Lacan convida os analistas a daí também retirararem uma semente referindo-se aos «forçamentos» agenciados pelo o *ato analítico*, o que exige uma forma singular de incidência da *presença do analista*, que operará com seu *savoir y faire*, com seu *saber fazer aí*.

Ainda que a psicanálise não constitua um progresso, como afirma Lacan, não podemos deixar de considerar que a subjetividade se modifica a depender das condições simbólicas/imaginárias às quais a humanidade tenta submeter, domar, e mesmo foracluir, o Real que suporta nossa humana condição. Desse modo, não podemos deixar de interrogar nossa prática diante das ebulições do mal-estar atual sem nos esquecermos que uma análise não necessariamente produz poetas, mas pode tornar um sujeito, ele mesmo, um poema, abordando o Real com sua musicalidade única!

Então, se o ato poético reduz e faz arrombamentos na língua e assim nasce a poesia, o ato psicanalítico reduz, arromba, equivoca o sintoma podendo fazer ressoar, pelo equívoco, o Real de

lalangue, permitindo a um sujeito poetizar sua experiência podendo dar valor de *sinthome* ao que antes, gozozamente, era somente dor e sofrimento.

E se podemos aproximar o *ato poético* do *ato psicanalítico* do lado do psicanalista por um lado, por outro, faz-se necessário observar a função do fazer poético, da *escrita poética* do lado daquele que se entrega à análise. Talvez seja esta uma possibilidade para que um sujeito possa, indo ao menos um pouco além do que lhe permitia sua fantasia original, (re)inventar *uma, a sua*, erótica!

REFERÊNCIAS

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: LPM Editora, 1979.

LACAN, Jacques. *Le Seminaire, livre 7: l'éthique -1959-60, versão online Staferla* (Inédito).

_____. *Le Seminaire, livre 15: l'acte psychanalytique-1967-68, versão online Staferla* (Inédito).

_____. *Le Seminaire, livre 22 : RSI – 1974-75, versão online Staferla* (Inédito).

_____. *Le Seminaire, livre 24 : L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre-1976-77, versão online Staferla* (Inédito).

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. n-1Edições, Abril 2021, p 12/13).

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

VERNANT, Jean-Pierre e NAQUET-VIDAL. «Édipo sem Complexo», in: *Mito e Tragédia na Grécia antiga*, São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZWEIG, Stefan. *Maria Antonieta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.